

## Tradução

*Translation*

# O Postulado do empirismo imediato

John Dewey

Tradução de **Thiago Barros Gomes**

Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

contato@tgomes.com.br

DEWEY, John. The Postulate of Immediate Empirism. In: *The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods*. v. 2, n. 15, p. 393-399, 1905.

As críticas feitas àquele movimento vital, embora ainda disforme, diversamente chamado de empirismo radical, pragmatismo, humanismo, funcionalismo, de acordo com um ou outro aspecto dele que é mais predominante, tem me deixado com a convicção de que a diferença *fundamental* não está tanto nas questões abertamente discutidas quanto na pressuposição que permanece tácita: a pressuposição a respeito do que é a experiência e o que ela significa. Para fazer a minha pequena parte para aclarar essa confusão, tentarei tornar a minha própria pressuposição explícita. O objetivo deste artigo é, portanto, mostrar o que eu entendo serem o postulado e o critério do *empirismo imediato*.<sup>1</sup>

O empirismo imediato postula que as coisas – quaisquer coisas, cada coisa, no uso comum e não-técnico do termo “coisa” – são o que são como experienciadas. Daí, se alguém deseja descrever qualquer coisa fielmente, sua tarefa é dizer o que ela é experienciada como ser. Se é um cavalo que está sendo descrito, ou o *eqqus* que está sendo definido, então o vendedor de cavalos, o jóquei, o tímido homem de família que quer uma “condução segura”, o zoologista ou o paleontologista deve nos dizer qual cavalo é experienciado. Se essas explicações produzem dessemelhanças em alguns aspectos, assim como similitudes em outros, isso não é motivo para supor que o conteúdo de um é exclusivamente “real”, e dos outros, “fenomenal”; pois cada explicação do que é experienciado manifestará aquilo que é a descrição *do* vendedor de cavalo, ou *do* zoologista etc., e, por isso, proverá as condições

1 Certamente todos os rótulos são desagradáveis e enganadores. Contudo, espero que seja considerado pelo leitor no sentido em que ele é diretamente explicado, e não em algum sentido mais comum ou familiar. O empirismo, como aqui usado, é tal antipódico ao empirismo sensualista, é tão antipodal ao transcendencialismo, e pela mesma razão. Ambos os sistemas retrocedem a algo que é definido em termos não-experienciados-diretamente a fim de justificar aquilo que é diretamente experienciado. Por isso, critiquei tal empirismo (*Philosophical Review*, Vol. XI, No. 4, p. 364) como essencialmente absolutista em caráter; e também (*Studies in Logical Theory*, p. 30, 58) como uma tentativa de desenvolver a experiência em termos de avaliações e evidências da *certeza* atingida.

requeridas tanto para a compreensão das diferenças quanto das concordâncias nas diversas descrições. E o princípio não varia nem um pouco se introduzirmos o cavalo do psicólogo, o cavalo do lógico ou o cavalo do metafísico.

Em cada caso, o cerne da questão é *que tipo de experiência* é designada ou indicada: uma experiência concreta e determinada, variando, quando varia, em elementos reais específicos, e concordando, quando concorda, com elementos reais específicos de modo que temos um contraste, não entre *uma* Realidade e as diversas aproximações, ou as representações fenomenais da Realidade, mas entre diferenças reais de experiência. E ao leitor é solicitado ter em mente que desse ponto de vista, quando “uma experiência” ou “algum tipo de experiência” é referida, “alguma coisa” ou “algum tipo de coisa” sempre é designado.

Ora, a afirmação de que as coisas são o que elas são como experienciadas normalmente é traduzida na afirmação de que as coisas (ou, no fim de contas, a Realidade, Ser) *são* somente e apenas o que eles são como *conhecidas*, ou que as coisas são, ou a Realidade *é*, o que elas são para um conhecedor consciente – se o conhecedor é concebido principalmente como um observador ou como um pensador seria uma questão posterior e secundária. Essa é a raiz do paralogismo de todos os idealismos, quer subjetivo ou objetivo, psicológico ou epistemológico. Pelo nosso postulado, as coisas são o que são como experienciadas; e, a não ser que conhecer seja o único e exclusivo modo genuíno de experienciar, é falacioso dizer que a Realidade é somente e exclusivamente o que ela é, ou que seria, a um competentíssimo e oníscio conhecedor. Ou, colocando mais nitidamente, conhecer é um modo de experienciar, e a primeira exigência filosófica (do ponto de vista do imediatismo) é descobrir *qual* tipo de experiência é conhecer – ou, concretamente, como as coisas são experienciadas quando elas são experienciadas *como* coisas conhecidas.<sup>2</sup> Por concretamente se quis dizer, obviamente o bastante (entre outras coisas), que tal explicação da experiência de coisas como conhecidas exibirá os traços característicos e distinções que elas possuem como coisas de uma experiência de conhecer, em comparação com as coisas experienciadas esteticamente, moralmente, economicamente ou tecnologicamente, etc. Porque do ponto de vista da experiência de conhecimento as coisas *são* o que elas são como conhecidas, portanto, supor metafísica e absolutamente, sem qualificação, que as coisas em sua realidade (como distintas de sua “aparência”, ou ocorrência fenomenal”) são aquilo que o conhecedor descobriria ser, é, do ponto de vista do imediatista, se não a raiz de todo mal filosófico, pelo menos uma de suas raízes principais.

Por exemplo, eu saio e estou inquietado por um barulho que escutei. Empiricamente, esse barulho é assustador; ele *realmente* é, não meramente fenomenológica e subjetivamente. Isso é *o que* ele é como experienciado. Mas, quando experiencio como uma coisa *conhecida*, descubro que ele é inocente da malfeitoria. É a batidela de uma sombra no vidro, devido aos movimentos do vento.

---

2 Não espero que o leitor assuma, portanto, do ponto de vista do empirista que o conhecimento é de pouco valor ou importância. Pelo contrário, do ponto de vista do empirista ele tem todo o valor que é concretamente experienciado como possuindo – que é simplesmente extraordinária. Mas a *natureza* exata desse valor é uma coisa a ser procurada ao se descrever o que nós significamos por experienciar objetos como conhecidos – a diferença efetiva feita ou encontrada na experiência.

A experiência se transformou; isto é, a coisa experienciada se transformou – não que uma irrealidade tenha dado lugar a uma realidade, nem que uma Realidade transcendental (não-experienciada) tenha se transformado,<sup>3</sup> mas apenas e somente que a realidade concreta experienciada se transformou. Agora sinto vergonha do meu medo; e o barulho como assustador é transformado em barulho como um fato vento-cortina, e, portanto, praticamente inofensivo ao meu bem-estar. Essa é uma transformação da existência experienciada afetada através do intermédio da cognição. O conteúdo da segunda experiência considerada cognitivamente é indubitavelmente *mais verdadeiro* do que o conteúdo da anterior; mas não é em qualquer sentido mais real. Além disso, chamá-la de mais verdadeira, deve significar, do ponto de vista empírico, uma *diferença* concreta nas coisas correntes experienciadas.<sup>4</sup> Novamente, em muitos casos, apenas retrospectivamente a experiência anterior é considerada cognitivamente. Em tais casos, é apenas em relação ao conteúdo contrastado *numa* experiência subsequente que a determinação “mais verdadeira” tem força.

Talvez algum leitor possa agora objetar que, como questão prática, a experiência inteira é cognitiva, mas que as partes anteriores são apenas imperfeitamente assim, resultando num fenômeno que não é real; enquanto que a última parte, sendo uma cognição mais completa, resulta naquilo que é relativamente, pelo menos, mais real.<sup>5</sup> Em síntese, um crítico pode dizer que, quando eu estava assustado pelo barulho, eu *sabia* que eu estava assustado; caso contrário não haveria absolutamente nenhuma experiência. A essa altura, é necessário fazer uma distinção tão simples e ainda assim extremamente fundamental que estou receoso de que o leitor esteja inclinado a desdenhá-la como uma mera distinção verbal. Porém, ver que para o empirista essa distinção não é verbal, mas genuína, é a precondição de

- 
- 3 Visto que o não-empirista acredita nas coisas-em-si (que ele denominar de “átomos”, “sensações”, “unidades transcendentais”, “conceitos *a priori*”, *uma* experiência absoluta, ou quer que seja), e visto que ele acha que o empirista dá muito ênfase a mudança (como deve, pois a mudança é experienciada continuamente), ele presume que o empirista significa *seu próprio* não-empírico. As realidades estão em fluxo contínuo, e ele naturalmente estremece por ter suas divindades tratadas tão violentamente. Mas uma vez reconhecido que o empirista não tem absolutamente quaisquer Realidades, o problema inteiro da relação da mudança para com a realidade assume um aspecto bastante diferente.
  - 4 Ela nos levaria para longe do objetivo de tentar dizer apenas o que é a natureza da diferença experienciada que nós chamamos de verdade. Os artigos recentes do professor James podem muito bem ser consultados. O ponto a se ter em mente aqui é apenas que o tipo de uma coisa que o empirista deve significar por verdadeiro, ou mais verdadeiro (o substantivo Verdade é, certamente, um nome genérico para todos os casos de “Verdades”). A razoabilidade de qualquer explicação particular não é uma questão a ser resolvida por meio de raciocínio genérico, mas por descobrir que tipo de experiência, a experiência-de-verdade efetivamente é.
  - 5 Digo “relativamente” pois o transcendentalista continua, afinal, defendendo que a cognição é imperfeita, dando-nos apenas algum símbolo ou fenômeno da Realidade (que *está* apenas no Absoluto ou em alguma Coisa-em-Si) – caso contrário o fato cortina-vento teria tanto uma realidade ontológica bem como a existência de um Absoluto em si: a conclusão que estremece o não-empirista, por nenhuma razão óbvia para mim – exceto que ela colocaria um fim a seu transcendentalismo.

qualquer compreensão dele. O imediatista, através de seu postulado, deve perguntar o que é o medo *como* experienciado. O que é efetivamente experienciado, eu-sei-que-estou-amedrontado ou eu-estou-amedrontado? Não vejo absolutamente nenhuma razão para afirmar que a experiência *deva* ser descrita pela primeira frase. Provavelmente (e tudo o que o empirista logicamente precisa é apenas um caso no qual isso é verdadeiro) a experiência é simplesmente e apenas medo-do-barulho. A última pode (ou não pode) ter uma experiência descritível *como* eu-sei-que-eu-estou- (ou -estava-), inapropriada ou apropriadamente, assustado. Mas essa é uma experiência diferente – isto é, uma *coisa* diferente. E se o crítico continua a insistir que a pessoa “realmente” deve ter conhecido que ela estava assustada, eu apenas posso assinalar que o crítico está mudando de foro. Ele pode estar certo, e se assim for, é somente porque o “realmente” não é algo concretamente experienciado (cuja natureza consequentemente é a ocupação do crítico); e isso é evadir do ponto de vista empirista, atribuir a ele um postulado que ele claramente repudia.

O ponto material se figura mais claramente se eu disser que devemos fazer uma distinção entre uma coisa como *cognitiva* e uma coisa como *conhecida*.<sup>6</sup> Eu definiria uma experiência cognitiva como uma que tem certas atitudes e implicações que induzem ou se realizam numa subsequente experiência na qual a coisa em questão é experienciada *como* cognizada, como um objeto conhecido, e que por isso é transformado, ou reorganizado. O medo-do-barulho no caso citado obviamente é *cognitivo*, nesse sentido. Pela descrição, ela induz uma investigação ou inquirição na qual barulho e medo são objetivamente especificados e expostos – o barulho como um fato sombra-vento, e o medo como uma reação orgânica a um estímulo acústico repentino, uma reação que, sob as dadas circunstâncias, era inútil ou mesmo danosa, uma desadaptação. Ora, praticamente toda experiência é desse tipo (o “é” significando, naturalmente, é experienciado *como*), e o empirista está equivocado a respeito de seu postulado se ele não nota devidamente esse fato.<sup>7</sup> Mas ele está igualmente equivocado em relação a seu postulado se ele permite ser confundido quanto às diferenças concretas nos dois tipos de coisas experienciadas.

Existem duas pequenas palavras que, por meio da explicação dessas, a posição do empirista pode ser evidenciada – “*como*” e “*aquilo*”. Podemos expressar essa pressuposição ao dizer que as coisas são o que elas são *como* experienciadas; ou que dar uma explicação precisa de qualquer coisa é dizer o que *aquela* coisa é como experienciada. Por meio dessas palavras, quero indicar o *quale* concreto absoluto, final, irreduzível e inexpugnável, que tudo experienciado não só *tem* como é. Compreender esse aspecto do empirismo é ver o que o empirismo significa por objetividade, por elemento de controle, um princípio de orientação e seleção, o elemento normativo ou padrão na experiência. Suponha que tomemos, como um caso crítico para o empirista, uma completa ilusão, digamos as linhas de Zöllner.

6 Em geral, considero a distinção entre *-ivo/iva* e *-ido/ida* [*-ive* and *-ed*] a mais fundamental das distinções filosóficas, e uma das mais negligenciadas. O mesmo é válido para *-ão/ões* e *-ar/-er/-ir*: [*-tion* and *-ing*].

7 O que é criticado, agora como “geneticismo” (se posso cunhar a palavra) e agora como “pragmatismo” é, em sua verdade, apenas o fato de que o empirista compreende a “errância, o eventual e a contextura” das coisas experienciadas – para usar a frase de Hobbes.

Essas são experienciadas como convergentes; elas são “verdadeiramente” paralelas. Se as coisas são o que elas são como experienciadas, de que modo pode ser traçada a distinção entre a ilusão e o estado verdadeiro nesse caso? Não há qualquer resposta a essa questão exceto por afixar o fato de que a experiência das linhas como convergentes é uma coisa qualitativo concreto ou *aquela*. Ela é *aquela* experiência que ela é, e nenhuma outra. E se o leitor se rebela na interação com essa tautologia óbvia, posso apenas reiterar que a compreensão do *significado* dessa tautologia é a chave para toda a questão da objetividade da experiência, como ela se coloca para o empirista. As linhas *daquela* experiência são divergentes: não meramente *parecem* assim. A questão da verdade não é a respeito de se o Ser ou Não-Ser, a Realidade ou a mera Aparência, é experienciada, mas diz respeito ao *valor* de certa coisa concretamente experienciada. O único modo de sobrepor essa questão é afixando de maneira bem inflexível *aquela* experiência como real. *Essa* experiência é que duas linhas com hachurados são aprendidas como convergentes. Apenas ao assumir essa experiência como real e como completamente real que existe algum fundamento ou modo de se passar para um conhecimento experienciado de que as linhas são paralelas. É na coisa concreta *como experienciada* que todos os fundamentos e vestígios para seu próprio ajustamento intelectual e lógico estão contidos. É porque a coisa, depois de declarada falsa, é um *aquilo* concreto, ela desenrola numa experiência corrigida (isto é, a experiência de uma coisa corrigida – corrigimos as coisas assim como corrigimos a nós mesmos ou um garoto levado) cujo conteúdo completo não é nem um pouco mais real, mas que é verdadeiro ou mais verdadeiro.<sup>8</sup>

Se *alguma* experiência, portanto uma experiência *determinada*; e essa determinação é única, e é o princípio adequado de controle ou “objetividade”. A experiência pode ser do tipo mais vago. Eu posso não ver qualquer coisa que consiga identificar como um objeto familiar – uma massa, uma cadeira, etc. Pode estar escuro; eu posso ter apenas a mais vaga impressão de que há alguma coisa que parece uma mesa. Ou eu posso estar completamente embotado e confuso, como quando alguém levanta rapidamente do sono num quarto escuro. Mas essa vagueza, essa dúvida, essa confusão é a coisa experienciada, e, *qua* real, é uma realidade tão “boa” quanto a luminosa visão de um Absoluto. Ela não é somente vagueza, dúvida, confusão, em geral ou como um todo. É *essa* vagueza, e nenhuma outra; absolutamente única, absolutamente o que ela é.<sup>9</sup> Por mais que o ganho em clareza, em completude, em veracidade do conteúdo seja experienciado, ele deve se desenvolver de algum elemento na experiência *deste* experienciado *como* o que ele é. Retornando à ilusão: se a experiência das linhas como convergentes é ilusória, ela é em razão de certos elementos na coisa como experienciada, não em razão de alguma coisa definida em termos de externalidade a essa experiência

---

8 Talvez o ponto ficaria mais claro se expressado deste modo: exceto quando estimas subsequentes de *valor* são introduzidas, “real” significa apenas existente. A conotação elogiosa que torna o termo Realidade equivalente a *verdadeiro* ou *genuíno* tem grande significado pragmático, mas sua confusão com a realidade como existência é o alvo do parágrafo acima.

9 Não se escapa tão facilmente do Realismo medieval como se acredita. Ou cada coisa experienciada tem sua própria determinação, sua realidade insubstituível e irredimível, ou os “gerais” são existentes separados.

particular. Se o ilusório pode ser detectado, é porque a coisa experienciada é real, tendo interiormente seus elementos da realidade experienciada cuja *própria* tensão *mútua* causa sua reconstrução. Considerada concretamente, a experiência das linhas convergentes contém dentro de si os elementos de transformação de seu próprio conteúdo. É *essa* coisa, e não alguma verdade separada, que clama por sua própria correção. Não há, portanto, do ponto de vista do empirista, nenhuma necessidade de procurar por qualquer *esse* primordial ao qual todas as experiências subsequentes estão conectadas e que está de algum modo passando por mudança contínua. A experiência é sempre de *esses*; e a experiência mais compreensiva e inclusiva do universo que o próprio filósofo pode obter é a experiência de um *esse* característico. Do ponto de vista do empirista, isso é verdadeiro tanto para a compressão exaustiva e completa do oníscio conhecedor hipotético quanto para a experiência imprecisa e cega do adormecido despertado. Enquanto reais, eles estão no mesmo nível. Enquanto verdadeiros, o último por definição leva a melhor sobre aquele; mas se essa compreensão é de qualquer maneira a verdade do cego despertando, isto é, porque o último tem, em seu *próprio quale* determinado, elementos da continuidade real com o primeiro; ele é, *ex hypothesi*, transformável através de uma série de realidades experienciadas, sem quebra de continuidade numa experiência mental absoluta. Não há nenhuma manipulação lógica para realizar a transformação, nem *poderia* qualquer consideração lógica realizá-la. Se realizada completamente, é apenas através das experiências imediatas, cada qual é exatamente tão real (nem mais, nem menos) quanto qualquer um dos dois termos entre quais eles estão. Esse é, pelo menos, o significado da contenda do empirista. Assim, quando ele fala de experiência, ele não quer dizer alguma coisa grandiosa e remota que é lançada tal como uma rede sobre de uma sequência de experiências efêmeras; ele não quer dizer uma totalidade indeterminada, uma experiência compreensiva que, de algum modo, limita um fluxo infundável.

Do postulado do empirismo, então (ou, o que é a mesma coisa, de uma consideração *geral* do conceito de experiência), nada pode ser deduzido, nem uma única proposição filosófica.<sup>10</sup> O leitor pode daqui concluir que tudo isso chegou ao truísmo que a experiência é a experiência, ou é o que é. Se tenta extrair conclusões do simples conceito de experiência, o leitor está bastante certo. Mas o significado real do princípio é aquele do método de análise filosófica – um método idêntico em tipo (mas diferindo em problema e, assim, em operação) àquele do cientista. Se você deseja descobrir o que subjetivo, objetivo, físico, mental, cósmico, psíquico, causa, substância, propósito, atividade, mal, ser, quantidade – qualquer termo filosófico, em resumo – significa, vá a experiência e veja o que a coisa é *como* experienciada.

10 Excetuando algumas negativas. Poder-se-ia dizer que certas perspectivas certamente *não* são verdadeiras, pois, em hipóteses, elas se referem a não-entidades, *i. e.*, não-empíricas. Mas mesmo aqui o empirista deve ir devagar. Do seu próprio ponto de vista, mesmo as afirmações mais declaradamente transcendentais são, no fim das contas, reais como experiências, e, por isso, transacionam com os fatos. Por essa razão, ele não pode, em teoria, rejeita-los *in toto*, mas mostrar concretamente como eles surgiram e como eles estão devem ser corrigidos. Resumindo (*in a word*), sua relação lógica para com as afirmações que declaram se relacionar com as coisas-em-si, incognoscíveis substâncias não-experienciadas, etc., é precisamente aquela do psicólogo para com as linhas de Zöllner.

Esse método não é espetacular; ele não permite nenhuma demonstração irrestrita de Deus, da liberdade, nem a realidade única da matéria, ou das ideias, ou da consciência, etc. Porém, ele prove um meio de falar o que todos esses termos significam. Pode parecer insignificante, ou assustadoramente decepcionante, mas apenas na condição de não ser trabalhado. Eu acredito que as concepções filosóficas resistiram às suas inutilidades ao serem consideradas como estímulo para a emoção, ou como espécies de sanções; e uma atividade mais ampla, mais frutífera e mais valiosa as espera, considerando-as especificamente como significados experienciados.

**John Dewey**  
Columbia University